

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL – IPREV/DF

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – EXERCÍCIO 2012

Por meio da Lei Complementar 769, de 30.06.2008, do Distrito Federal, foi instituído o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa. Tem por finalidade a gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal lastreado pelas contribuições previdenciárias dos servidores do Distrito Federal e da contribuição patronal de responsabilidade do Governo do Distrito Federal, incidentes na proporção de 11% e 22% sobre a folha de pagamento/proventos, respectivamente.

A Política Anual de Investimentos dos recursos do IPREV/DF é elaborada em conformidade com a Lei nº 9.717, de 27.11.98 e normativos posteriores editados pelos órgãos reguladores e de fiscalização: Secretaria da Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (SPS), Conselho Monetário (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Está sujeita, também, ao atendimento a normativos de outras instituições, no âmbito federal edistrital.

As diretrizes em relação a esta Política de Investimentos têm por objetivo fornecer aos gestores do Instituto, seus empregados, servidores ativos, aposentados e pensionistas e órgãos reguladores e de fiscalização as estratégias que serão utilizadas no exercício de 2012 no processo de alocação dos investimentos, em um horizonte de médio e longo prazos.

Ao Conselho de Administração compete fixar as diretrizes gerais de gestão, investimentos e alocação de recursos e rever, a qualquer momento, as diretrizes e pressupostos adotados na alocação dos recursos.

Ao Conselho fiscal compete acompanhar o cumprimento dessas diretrizes e apontar eventuais distorções e irregularidades no seu cumprimento.

Compete à Diretoria Executiva acolher, ratificar e executar a Política de Investimentos, sem prejuízo das orientações ulteriores aprovadas pelo Conselho de Administração.

Ao Comitê de Investimentos, órgão de assessoramento à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, a ser instituído durante o primeiro semestre de 2012, caberá analisar e aprovar as políticas e estratégias de investimentos do Instituto, obedecendo à legislação, diretrizes e princípios da boa governança, ética e transparência.

Cumprirá também ao Comitê de Investimentos o direcionamento e a diversificação da carteira de investimentos, tendo por parâmetro de decisão eficientes e sólidas relações entre liquidez, risco e retorno, que garantam a cobertura das aposentadorias e pensões dos servidores do Governo do Distrito Federal.

A gestão estratégica e operacional da carteira de investimentos é de natureza própria isto é, realizada diretamente pelo IPREV, por meio de sua assessoria de investimentos, subsidiada por relatórios gerenciais emitidos pela Diretoria Financeira, preservadas as atribuições específicas de seus órgãos colegiados.

Com base na avaliação atuarial para o exercício de 2012, a gestão dos investimentos terá como foco obter rentabilidade superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, adicionado de 6% ao ano, de acordo com o perfil de suas obrigações, de forma a preservar o equilíbrio atuarial e financeiro, respeitadas as restrições legais de alocação de recursos por segmento de ativos.

A alocação dos recursos (Anexo 1), enquadramentos e vedações nos segmentos de renda fixa, variável e de imóveis, obedece às disposições previstas na Resolução 3.922, de 25.11.2010, do Conselho Monetário Nacional.

Os investimentos do Instituto são realizados por intermédio de carteira administrada ou em cotas de fundo de investimento geridos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com elevados níveis de governança corporativa e qualidade da carteira de crédito, além de ambiente qualificado de controle e gestão de recursos de terceiros.

São credenciados para operar com o IPREV/DF: o Banco de Brasília S.A., o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, em razão dos níveis de rentabilidade satisfatórios apresentados em seus fundos administrados e por deterem classificação de risco soberano.

A contratação de consultorias externas é restrita a empresas com elevada capacitação técnica, tradição no mercado e com foco exclusivo de atuação junto a investidores institucionais, tendo por referência a aquisição de softwares que possibilitem o aprimoramento dos processos internos que venham gerar ganhos de escala.

O responsável pela gestão dos recursos detém certificação em investimentos (CPA-20) junto à Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, entidade que representa as instituições

Em virtude das volatilidades que têm sido experimentadas pelos mercados financeiros internacionais e seus reflexos no mercado financeiro e de capitais brasileiro, o IPREV tem por premissa básica de gestão acompanhar, de forma sistemática, as flutuações nos indicadores econômicos e seus reflexos na estrutura de ativos dos fundos investidos, de forma a mitigar os riscos de mercados, crédito e liquidez.

Cenário Macroeconômico

As grandes economias, a exemplo dos Estados Unidos, países da zona do Euro e Japão têm sido fortemente impactadas em razão de seus altos níveis de endividamento público, gerando estagnação e, em alguns casos, crescimento negativo, com efeitos sistêmicos nos mercados financeiros internacionais.

Além disso, ressalte-se que as barreiras de natureza político-econômicas enfrentadas por seus governantes para implementar medidas de austeridade fiscal, têm gerado uma forte crise de liquidez jamais observada, desde a década de 20.

Nos últimos anos, o Brasil tem obtido níveis satisfatórios nos seus fundamentos econômicos. No entanto, em função do não restabelecimento financeiro internacional, os reflexos da crise

financeira mundial já impactam o câmbio, índices de preços e por consequência o nível de geração do PIB – Produto Interno Bruto.

Decisões envolvendo o afrouxamento na política monetária têm sido tomadas pelo Comitê de Política Monetária, com reduções importantes no nível das taxas de juros praticadas no mercado e que projetam níveis na casa de um dígito para o ano de 2012.

Projeta-se para 2012 que o IPC-A utilizado no estabelecimento das metas inflacionárias deverá manter-se sob controle com oscilações de dois pontos percentuais para cima ou para baixo, transigindo entre 2,5% e 6,5%, ou seja, dentro da meta de 4,5%, estabelecida pelo Comitê de Política Monetária.

Essas medidas, associadas á desoneração fiscal para alguns segmentos da indústria tendem a estimular o consumo interno e a demanda agregada e contribuir para que os efeitos dea crise internacional não comprometam os níveis de crescimento econômico do País.

Por sua vez, o mercado de capitais tende a apresentar um forte crescimento em 2012, tendo por referência os eventos esportivos que será orealizados no Brasil até 2016 (copa do mundo e olimpíadas) que estimularão investimentos maciços em infraestrutura.

Ressalta-se também os vultosos investimentos previstos para a exploração da camada de pré-sal que ensejarão níveis importantes de capitalização das empresas que integram a cadeia produtiva de petróleo e gás.

Dentro dessas premissas para o próximo ano, já é consenso por parte dos analistas econômicos orientar sobre a importância de diversificar a carteira de investimentos, de forma prudencial, migrando parte dos recursos aplicados em renda fixa para a modalidade de renda variável.

É importante ressaltar, também, que os fundos de renda fixo indexados a índice de preços não terão grande impacto, pois o cenário de controle das metas de inflação deverá persistir com força durante o ano de 2012, garantindo a preservação e o equilíbrio atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social que têm como

meta atuarial índice de preço adicionado à taxa d média de 6% de ganho real.

A gestão de investimentos por parte do IPREV/DF monitorará o comportamento do mercado e adotará as medidas necessárias para preservar o retorno de seus investimentos dentro dos princípios da prudência e responsabilidade na gestão de recursos públicos.

Em atendimento à Portaria MPS 519, de 24,08,2011, a Política Anual de Investimentos dos recursos do IPREV/DF, após aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração será objeto de envio do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN à Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS.

Esta Política poderá ser revista no curso de sua execução com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação.